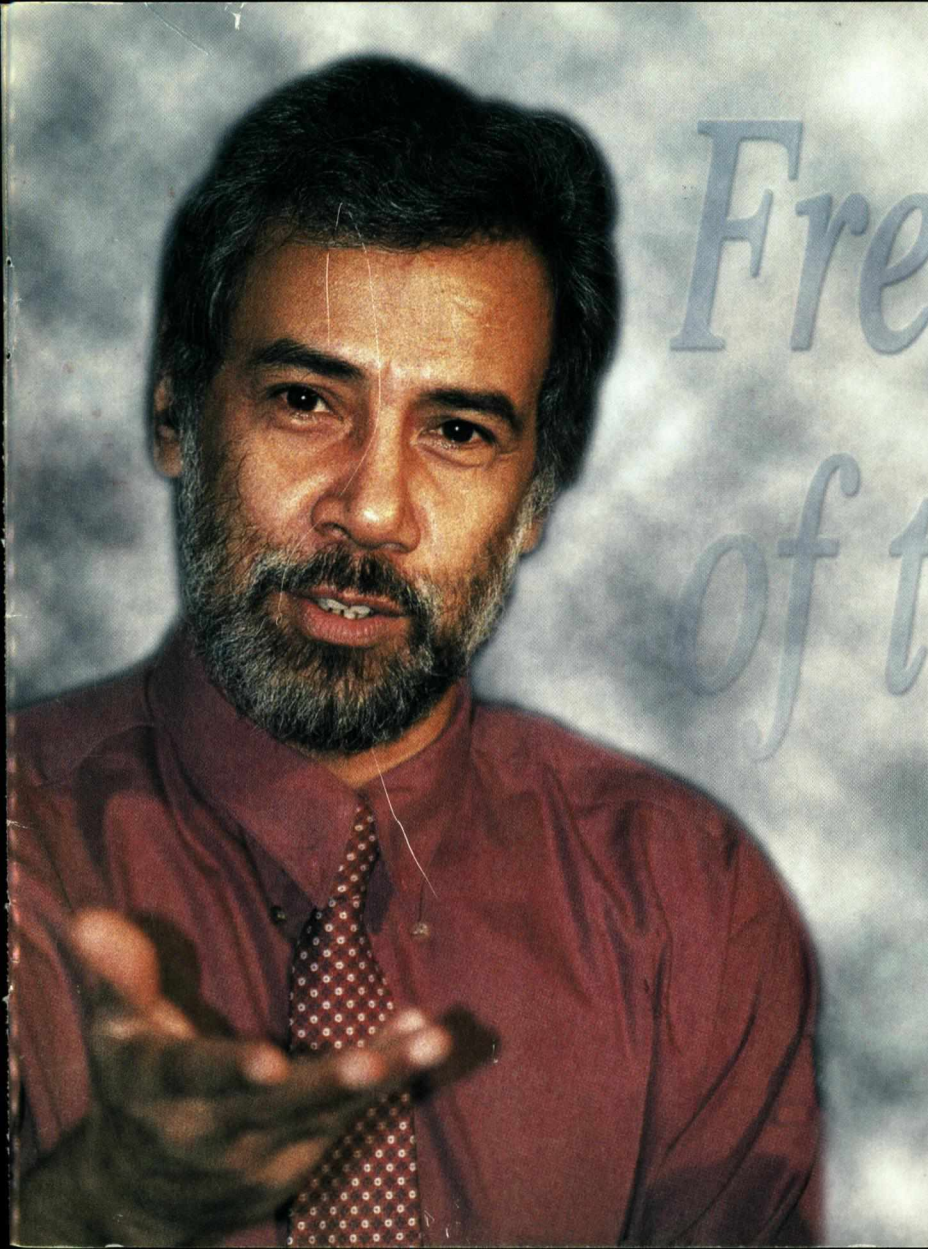

Fre
of t

TL 5317

EUROPA-PARLAMENTET
EUROPÄISCHES PARLAMENT
ΕΥΡΩΠΑΪΚΟ ΚΟΙΝΟΒΟΥΛΙΟ
EUROPEAN PARLIAMENT
PARLAMENTO EUROPEO
PARLEMENT EUROPEEN
PARLAMENTO EUROPEO
EUROPEES PARLEMENT
PARLAMENTO EUROPEU
EUROOPAN PARLAMENTTI
EUROPAPARLAMENTET

PRÉMIO SAKHAROV

PRÉMIO DE LIBERDADE DE PENSAMENTO

1999

José Alexandre "Xanana" Gusmão

PRÉMIO SAKHAROV

PRÉMIO DE LIBERDADE DE PENSAMENTO

DIREITOS DO HOMEM

Fotografias:

Serviço de Fotografia do Parlamento Europeu
Fotografia de Wei Jingsheng: Shanshan Wei-Blank
Fotografia de Leyla Zana: Copyright SIPA PRESS
Fotografia de Salima Ghezali: © J. Torregano/L'E.d.J.
Fotografia de Ibrahim Rugova: LDK
Fotografia de Xanana Gusmão: Reuters Pool

Apesar de a comunidade internacional ter comemorado em 1998 o quinquagésimo aniversário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o mundo foi, em 1999, uma vez mais abalado por uma escalada de conflitos sangrentos.

No Kosovo, foi necessária uma intervenção armada da comunidade internacional para pôr cobro à vaga de ódio e de purificação étnica. Pela primeira vez, os Quinze envolveram-se enquanto tal numa acção que tinha por único objectivo preservar um Kosovo multiétnico.

Em Timor Leste, a mesma comunidade internacional tardou em intervir. Esta hesitação permitiu que as forças paramilitares prosseguissem os seus actos de barbárie e deslocassem uma parte significativa da população. Hoje, mais do que nunca, é necessário que a comunidade internacional seja capaz de intervir tanto militarmente como a nível humanitário para fazer triunfar o direito.

Ao atribuir o prémio Sakharov de 1999 a XANANA GUSMÃO, presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, o Parlamento Europeu quis prestar homenagem a um combatente da liberdade que sempre defendeu o seu povo. Apesar dos processos e da prisão, Xanana GUSMÃO deu provas de uma determinação inabalável para fazer vingar a democracia. Através do seu líder, é a todo o povo timorense que prestamos homenagem.

O laureado de 1999 simboliza o mesmo combate em defesa dos direitos do Homem incarnado por Andreï SAKHAROV na época do totalitarismo soviético. Mercê de uma coragem inquebrantável, outros homens como eles arriscaram a vida num combate vitorioso contra a opressão e a injustiça. É nosso dever apoiá-los sem desfalecimento.

Nicole FONTAINE
Presidente do Parlamento Europeu

Andrei Sakharov: o homem e a obra

Desde 1988 que o Parlamento Europeu atribui anualmente o prémio Sakharov, „Prémio Liberdade de Pensamento", para galardoar, em honra de Andrei Sakharov, personalidades e organizações que se dedicaram à defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e lutam contra a opressão e a injustiça.

Andrei Sakharov (1921 - 1989), físico nuclear de renome, membro da Academia das Ciências, dissidente político e Prémio Nobel da Paz em 1975, enviou, do seu local de exílio em Gorki, uma mensagem expressando a sua satisfação por o seu nome ter sido dado a este prémio, "Prémio da Liberdade de Pensamento". Sakharov viu nesta iniciativa um estímulo para todos os que, como ele, lutaram pela defesa dos direitos humanos.

A evolução de Sakharov, de cientista nuclear para dissidente político, demonstra que não só se empenhou na libertação de dissidentes detidos no seu país, mas também que, nos seus escritos, questiona a relação entre ciência e sociedade, a coexistência pacífica e a liberdade de pensamento. Sakharov é considerado em todo o mundo como uma figura emblemática da luta pela defesa das liberdades fundamentais. A sua resistência não pôde ser vencida nem com ameaças nem com a expulsão para o seu local de exílio.

Nesta linha, as pessoas galardoadas até à data testemunham, com a sua obra, quanta coragem, quanta paciência e força espiritual são necessárias para defender os direitos humanos e para lhes assegurar validade universal. Quase sempre a intervenção destas pessoas a favor da dignidade humana implicou grandes sacrifícios e, frequentemente, perse-

guições, a perda da liberdade pessoal ou a expulsão da sua pátria.

Com o prémio Sakharov, o Parlamento Europeu distingue intervenções meritórias no combate contra a violência, o fanatismo e o ódio, e expressando ainda a sua convicção de que não só o direito à vida e à integridade física são partes integrante das liberdades fundamentais, mas também o direito à livre expressão de opinião e de informação, um dos mais fortes bastiões contra a opressão e um barómetro de uma sociedade democrática e aberta.

O direito à liberdade irrestrita de opinião e de expressão está consignado no artigo 19º do Pacto Internacional das Nações Unidas sobre os direitos civis e políticos, de 16 de Dezembro de 1966, onde se afirma que "compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideais de toda a espécie, sem consideração de fronteiras, sob forma oral ou escrita, impressa ou artística, ou por qualquer outro meio à sua escolha (...)". Este artigo consubstancia o espírito que moveu o Parlamento Europeu ao instituir o prémio Sakharov.

O Parlamento Europeu atribui este Prémio, no valor de 15.000 EUR, numa sessão solene em Estrasburgo numa data próxima do dia 10 de Dezembro, dia em que foi assinada a Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, em 1948.

Os direitos do Homem no Parlamento Europeu

A União Europeia assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais, bem como no Estado de direito. Estes princípios são comuns a todos os Estados-Membros e estão consignados no Tratado da União Europeia. A União Europeia observa os princípios da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, assinada em 1950 em Roma por todos os Estados da actual União Europeia, sob a égide do Conselho da Europa. Para a UE e os seus Estados-Membros, a Convenção, paralelamente à Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas e pactos subsequentes, constituem os documentos de referência mais importantes em matéria de questões de direito internacional no domínio dos direitos humanos.

O Tratado da União Europeia estipula que os direitos de um EstadoMembro que se torne culpado de violação grave e constante dos princípios fundamentais poderão ser suspensos, para além de que qualquer nova adesão está incondicionalmente subordinada ao respeito dos princípios enunciados. Relativamente aos países terceiros, o Tratado declara que o desenvolvimento e o reforço da democracia e do Estado de direito, bem como o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais constituem um dos objectivos mais importantes de política externa e de segurança comum, bem como da política da cooperação para o desenvolvimento.

Esta definição de objectivos fica a dever-se, em grande parte, às pressões exercidas pelo Parlamento Europeu, o qual, encorajado pelos cidadãos dentro e fora da União Europeia

e pelas múltiplas actividades das ONG, viu a questão dos direitos do Homem a assumir cada vez maior prioridade.

Tanto a Comissão das Liberdades Públicas como a Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos do Cidadão elaboram relatórios anuais sobre a situação dos direitos do Homem dentro e fora da União Europeia que são, posteriormente, debatidos em sessão plenária. Os progressos da política de direitos humanos da União Europeia ficam, em grande parte, a dever-se às propostas constantes destes relatórios. Nos debates mensais sobre questões urgentes, são também tratados os temas ligados aos direitos humanos e em especial, casos individuais, sendo os governos responsáveis exortados a debruçarem-se sobre essa problemática. Para além disso, a Comissão das Petições e o Provedor de Justiça Europeu também se ocupam de violações aos direitos fundamentais de cidadãos da União Europeia, através da actividade da Comunidade Europeia e respectivos órgãos.

As reacções dos governos permitem concluir que existe uma sensibilidade clara às críticas do PE. Face à crescente globalização e transparência, nenhum país quer ser acusado publicamente de violação dos direitos humanos. As resoluções do PE servem, frequentemente, de base para as diligências do Conselho de Ministros, com consequências, por vezes, quase imediatas.

O diálogo político reveste-se, nas relações externas da UE, de cada vez maior significado e o respeito pelos direitos humanos e pelos princípios democráticos constituem actualmente os seus elementos centrais. Graças à tenacidade do PE, conseguiu-se que a União Europeia adoptasse uma

abordagem sistemática, segundo a qual se inserem automaticamente cláusulas sobre direitos humanos nos acordos com países terceiros; essas cláusulas fazem com que, em caso de graves violações dos direitos humanos, os acordos deixem de vigorar. Nos últimos anos, o Parlamento tem usado com êxito a prerrogativa que consiste no direito de recusar acordos com países terceiros, caso se verifiquem violações contínuas dos direitos do Homem.

As delegações interparlamentares do PE desempenham um papel decisivo no diálogo sobre os direitos humanos e no tratamento de casos individuais. Frequentemente, nos seus encontros com parlamentares de países terceiros, as delegações do PE apresentam listas de presos políticos, o que, no passado, já levou a alguns resultados positivos.

Nas audições públicas, o PE constitui, quer para os defensores dos direitos humanos, quer para os governos criticados, uma plataforma para a troca de opiniões. Na sua audição sobre TimorLeste, expressaram-se não só defensores do movimento de independência, mas também os representantes do Governo indonésio. Numa audição sobre os direitos humanos na Argélia, expressaram-se as opiniões oficiais e as da oposição. Não há muito tempo, foi possível surpreender duas delegações de importantes correntes políticas do Kosovo albanês a discutirem as suas diferenças de opinião, em público, no PE.

No quadro das suas competências orçamentais, o Parlamento Europeu também conseguiu, ao longo dos anos, aumentar consideravelmente as dotações orçamentais para o programa relativo à democracia e aos direitos do Homem. Neste contexto, o Parlamento criou uma rubrica orçamental própria, onde as dotações são utilizadas para um amplo leque de pro-

jectos, nomeadamente, a reforma da Justiça, a formação dos serviços de segurança e de membros da polícia, o apoio a meios de comunicação independentes, a reabilitação de vítimas de tortura e a reinserção das crianças da rua. Para o PE é de extraordinária importância apoiar o desenvolvimento da sociedade civil.

No que se refere aos países da Europa Central e Oriental, foram levados a cabo, por iniciativa do Parlamento, programas especiais de democratização, tendo particularmente em vista a preservação das minorias, uma vez que, como pré-requisito para a adesão à UE, é importante não só o respeito dos direitos humanos como também dos direitos das minorias.

O Parlamento Europeu contribui ainda para o reforço da democracia nos países terceiros, nomeadamente através da participação na observação de eleições.

Decisivo tem sido também o contributo do PE para a actual campanha das Nações Unidas que visa uma moratória destinada a pôr termo à pena capital, a criação de um Tribunal Penal Internacional para os crimes de guerra e de um Observatório Europeu contra o Racismo e a Xenofobia, a campanha da União europeia para o combate à violência exercida contra as mulheres e o Dia Internacional da Mulher de 1998, para dar um testemunho sobre a situação das mulheres no Afeganistão.

Graças à nomeação de um delegado do PE para a mediação nos casos de litígio ligados à guarda das crianças raptadas e levadas para o estrangeiro, o Parlamento Europeu interveio com êxito em alguns casos.

As futuras prioridades do Parlamento Europeu centram-se, entre outros aspectos, na luta contra a exploração infantil, tanto no que se refere ao trabalho infantil, como à prostituição ou às guerras civis.

Na perspectiva do cinquentenário da assinatura da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Presidente do Parlamento Europeu defendeu uma "amnistia geral para os presos políticos" antes do ano 2000. Este pedido, constante de uma resolução, foi aprovado pelo plenário.

O Parlamento, conjuntamente com o Conselho, irá, doravante, tomar decisões relativamente a inúmeras questões no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos que dizem respeito aos direitos individuais dos cidadãos da União Europeia. A promoção dos direitos económicos e sociais dos cidadãos na União Europeia, medidas contra o racismo, a intolerância religiosa e a xenofobia, bem como problemas relacionados com o tratamento de refugiados e de trabalhadores migrantes constituem preocupações centrais do Parlamento Europeu.

Já em 1989 que uma declaração do Parlamento Europeu solicitava a publicação de um catálogo dos direitos fundamentais destinado aos cidadãos da União Europeia. Esta declaração constituirá uma referência importante na elaboração da prevista Carta dos Direitos fundamentais da União Europeia.

Os laureados

1988	NELSON ROLIHLAHLA MANDELA e ANATOLI MARCHENKO (a título póstumo)
1989	ALEXANDER DUBČEK
1990	AUNG SAN SUU KYI
1991	ADEM DEMAÇI
1992	LAS MADRES DE LA PLAZA DE MAYO
1993	OSLOBODJENJE
1994	TASLIMA NASREEN
1995	LEYLA ZANA
1996	WEI JINGSHENG
1997	SALIMA GHEZALI
1998	IBRAHIM RUGOVA
1999	**XANANA GUSMÃO**

José Alexandre "Xanana" Gusmão

Xanana Gusmão nasceu em 20 de Junho de 1946, em Laleia, Timor-Leste, o mais velho de nove irmãos. Após o cumprimento do serviço militar e de ter sido funcionário público na administração portuguesa, emigrou para a Austrália após a revolução de 1974 em Portugal.

Com a retirada dos portugueses e a desestabilização causada pela Indonésia, Xanana Gusmão regressa à sua terra natal e empenha-se activamente no Comité Central do movimento oposicionista FRETILIN, a Frente Revolucionária para a Independência de Timor-Leste. Após a vitória eleitoral de Março, Timor passou a chamar-se, a partir de 29 de Novembro de 1975, República Democrática Independente de Timor-Leste. Alguns dias mais tarde, em 7 de Dezembro, a Indonésia invadiu Timor-Leste. Gusmão entrou para a clandestinidade e, em 1978 passou a liderar os guerrilheiros das FALINTIL, o braço armado do movimento da oposição.

A violência decorrente da invasão causou a morte a 200.000 pessoas. Apesar da ofensiva indonésia, o movimento de oposição conseguiu sobreviver graças ao apoio do povo. A comunidade internacional nunca reconheceu a anexação de Timor-Leste.

Xanana Gusmão empreendeu diversas tentativas para conseguir a resolução pacífica do problema. Assim, propôs ao Governo indonésio um plano de paz e conversações sob a égide das Nações Unidas.

Persuadido de que a luta da libertação de Timor-Leste teria de ser supra-partidária, Xanana Gusmão conseguiu, em 1986, que o actual Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) englobasse diferentes forças, incluindo a

FRETILIN, a UDT e a importante organização de juventude RENETIL.

Em 20 de Novembro de 1992, Xanana Gusmão foi preso. Acusado de separatismo e de posse ilegal armas, foi condenado primeiro a prisão perpétua e, mais tarde, a 20 anos de prisão e, finalmente, em Fevereiro de 1999, foi colocado em prisão domiciliária. Nem a prisão de Xanana Gusmão, também conhecido por "Mandela de Timor", conseguiu derrotar a oposição. Também o apoio internacional a Timor-Leste se manteve incólume.

Com a libertação de Xanana Gusmão, em 7 de Setembro de 1999, pouco tempo depois do referendo de 30 de Agosto, no qual 80% da população de Timor-Leste se pronunciou a favor da independência relativamente à Indonésia, o Presidente indonésio Habibie foi sujeito a enormes pressões internacionais.

Xanana Gusmão, que de porta-voz da paz e do diálogo se transformou numa figura emblemática da oposição em Timor-Leste e um exemplo de esperança para os movimentos de solidariedade internacional, afirmou, aquando da sua libertação: "Na minha qualidade de homem livre prometo fazer tudo o que estiver ao meu alcance para trazer a paz a Timor-Leste e ao meu povo".

10

1988

Nelson Rolihlahla Mandela

Nelson Rolihlahla Mandela, nascido em 1918 em Umtata, na África do Sul, foi eleito, em 1994, Presidente e Chefe de Governo da República da África do Sul, nas primeiras eleições livres. Mandela passou a maior parte da vida na prisão. Para os seus compatriotas e para a opinião pública internacional foi, como líder do ANC (African National Congress), o símbolo da resistência da população negra contra o regime desumano do "apartheid". No momento da entrega do Prémio, em 1988, Mandela continuava sob prisão domiciliária.

Anatoli Marchenko

Anatoli Marchenko (1938 - 1986), um dos mais conhecidos dissidentes da ex-União Soviética, faleceu em Dezembro de 1986 depois de mais de 20 anos de prisão na prisão de Tschistopol, em consequência de uma greve da fome. Era membro do grupo constituído em 1975 para promover o cumprimento da Acta Final da CSCE, em particular das regulamentações referentes à dimensão humana.

Ao revelar a verdade num dos seus livros sobre os campos de trabalhos forçados e as prisões soviéticas, foi condenado por agitação e propaganda anti-soviética.

"A única possibilidade de combater o mal e a ilegalidade reinantes consiste, em minha opinião, no conhecimento da verdade."

1988

1989

Alexander Dubček

Na pessoa de Alexander Dubček (1921 - 1992), o Parlamento Europeu homenageou, em 1989, um dos iniciadores da renovação e do entusiasmo no antigo bloco comunista e figura de proa do movimento de reforma que ficou conhecido como "Primavera de Praga".

O seu objectivo de dar um "rosto humano" ao socialismo foi esmagado, em 21 de Agosto de 1968, pelos blindados dos países do Pacto de Varsóvia. Acusado de traição, demitido de todas as funções e expulso do Partido Comunista checo, Alexander Dubček ganhou a vida, até 1985, como operário. Em 1988 voltou à vida política activa, actuando no movimento de defesa dos direitos cívicos.

Depois da revolução na CRSS, foi eleito Presidente da Assembleia Nacional da República Socialista Checoslovaca. Como símbolo de esperança também para os dissidentes soviéticos nos seus longos anos de luta pela Glasnost - assim o referiu Andrei Sakharov no seu discurso por ocasião da entrega do Prémio - Dubček exprimia o desejo de que "através da Primavera de Praga ressoe, em 1990 e em todos os anos futuros, a grande sinfonia do espírito comunitário europeu."

Aung San Suu Kyi

A laureada com o Prémio Nobel da Paz e política oposicionista, Aung San Suu Kyi, nasceu em 1947, na Birmânia, e foi distinguida com o Prémio Sakharov em 1990.

Em Agosto de 1988, os militares reprimiram uma greve geral nacional pela democracia e contra o regime da época e tomaram o poder. Aung San Suu Kyi regressou então à Birmânia para encabeçar o movimento democrático. Todavia, o regime militar respondeu com uma repressão sangrenta e, em 1999, condenou-a a prisão domiciliária e a centenas de outros membros do NLD (Liga Nacional para a Democracia) por ela fundado.

Apesar da vitória eleitoral do NLD nas eleições legislativas livres de 1990, o regime militar continuou no poder devido à lei marcial. Suu Kyi recusou partir para o exílio e foi libertada apenas ao fim de seis anos, em Julho de 1995.

Até hoje, continua a lutar, em condições difíceis, pelas liberdades democráticas e pelo respeito dos direitos humanos no seu país. A junta militar restringiu fortemente o seu raio de acção e recusa qualquer diálogo com ela.

Suu Kyi afirmou convictamente: "O medo da perda do poder corrompe aqueles que o detêm e o temor do flagelo do poder corrompe aqueles que por ele são dominados, (mas) mesmo sob a opressiva maquinaria estatal a coragem ressurge sempre à superfície, pois o medo não é o estado natural do homem civilizado."

Em 27 de Março de 1999, morre o seu marido, Dr. Michael Aris, em Oxford, Inglaterra, depois de as autoridades recusarem ao moribundo visto para entrar no país. A própria

Aung San Suu Kyi desconfiou dos militares e, com receio de inviabilizar o seu regresso, permaneceu na Birmânia.

1997

Adem Demaçi

Em 1991, o Parlamento Europeu agraciou o kosovar nascido em Priština em 1936, Adem Demaçi, com o seu prémio destinado aos defensores dos direitos humanos, homenageando assim um homem que passou a maior parte de sua vida (1962-1990) no cárcere, por haver defendido, oralmente e por escrito, os direitos fundamentais dos albaneses do Kosovo.

Mas a prisão não conseguiu intimidá-lo. Continuou elevando a sua voz para denunciar a opressão, por parte da Sérvia, de dois milhões de albaneses no Kosovo.

"A liberdade de expressão é um passo indispensável para a democracia. Sem liberdade de expressão não há diálogo, sem diálogo não se pode encontrar a verdade e sem a verdade o progresso é impossível."

Após a sua libertação, Adem Demaçi assumiu a direcção do Comité dos Direitos do Homem para o Kosovo. Foi durante algum tempo membro do Partido Parlamentar do Kosovo (PPK) e é o representante político do Exército de Libertação do Kosovo (UCK) desde o ano da ofensiva sérvia contra o Kosovo.

Adem Demaçi continua a lutar pelos direitos do seu povo. Em Setembro de 1999, organizou uma greve de fome de 24 horas para chamar a atenção da comunidade internacional para o problema dos milhares de albaneses detidos nas prisões sérvias.

Las Madres de la Plaza de Mayo

A organização argentina de direitos humanos "As Mães da Praça de Maio" recebeu em 1992 o Prémio Sakharov do Parlamento Europeu.

Entre 1976 e 1983, a Argentina viveu sob um regime de ditadura militar. Em Abril de 1977, catorze mulheres reuniram-se pela primeira vez na Praça de Maio para dirigir um apelo ao Presidente Videla. Inicialmente, as mães procuravam os filhos desaparecidos e exigiam o castigo dos culpados pelo desaparecimento de 30.000 pessoas durante a ditadura militar. Posteriormente continuaram a luta por uma justiça independente, pela mudança da situação política e pela liberdade.

Desde então "As Mães da Praça de Maio" realizam, todas as quintasfeiras, a sua marcha até à Casa Rosada, o palácio governamental. Manifestamse com a cabeça coberta por lenços brancos onde estão inscritos os nomes dos desaparecidos, para não deixar cair no esquecimento aqueles que lutaram pela liberdade e os que lutam ainda hoje no mundo.

Em nome daqueles "que acreditaram na nossa luta e nos acompanharam até agora", "As Mães da Praça de Maio" esperam que a juventude do país intervenha na vida política e lute contra um sistema opressivo que tolera o desemprego de milhões de pessoas e não assegura aos cidadãos argentinos nem educação, nem habitação, nem saúde.

1992

1993

Oslobodjenje

Oslobodjenje, um jornal diário de Sarajevo, foi galardoado em 1993 com o Prémio Sakharov.

Apesar de mortos e feridos entre os jornalistas e da destruição da casa editorial por francoatiradores sérvios, 70 redactores, muçulmanos, sérvios e croatas, trabalhavam, correndo risco de vida, num refúgio atómico na cave da editora para publicar "Oslobodjenje" (Libertação), um jornal fundado em 1943 pelos resistentes da luta contra a ocupação da Jugoslávia pelos alemães. Segundo um dos seus redactores, Zlatko Disdarević, é objectivo de Oslobodjenje conservar e defender a BósniaHerzegovina como Estado multiétnico.

"Os nossos esforços não devem conduzir à morte, à divisão ou ao desaparecimento do mapa. A população de Sarajevo, da Bósnia e da Herzegovina, continuará a opor-se à divisão que a Europa propicia."

Taslima Nasreen

Em 1994, a médica e escritora Taslima Nasreen, nascida em 1962 no Bangladesh, galardoada com o Prémio Sakharov, já havia procurado refúgio na Europa. A sua obra, na qual critica o fundamentalismo religioso e, em particular, a opressão da mulher, encontra-se proibida no seu país e os fundamentalistas islâmicos ameaçam matá-la.

No seu discurso de agradecimento pela atribuição do prémio, Taslima. Nasreen afirmou que vem de uma parte do mundo em que as tensões sociais e as dificuldades humanas são avassaladoras. Como escritora, entende não poder fechar os olhos perante a fome e a dor quotidianas nos bairros de lata.

Em Setembro de 1998, Taslima Nasreen regressou ao Bangladesh para visitar a sua mãe, que se encontrava gravemente doente. Mal a notícia se espalhou, os fundamentalistas religiosos começaram, uma vez mais, a exigir a morte da escritora. O tribunal decretou uma ordem de prisão e ameaçou confiscar os seus bens.

O Parlamento Europeu respondeu ao pedido de ajuda de Taslima Nasreen e exortou, na sua resolução, o Governo do Bangladesh a envidar todos os esforços para garantir a vida e a segurança da escritora.

Devido às constantes ameaças, Taslima Nasreen deixou o seu país em Janeiro de 1999.

1994

Leyla Zana

A titular do Prémio Sakharov de 1995 foi Leyla Zana. Em 1991, com 30 anos de idade, a galardoada tornou-se a primeira deputada curda no Parlamento turco.

Depois de lhe ser suspensa a imunidade parlamentar, Leyla Zana foi condenada em Dezembro de 1994, juntamente com outros deputados do DEP, a 15 anos de prisão por ter exercido o seu direito à liberdade de expressão.

Conjuntamente como seu marido, Mehdi Zana, que, devido a uma alocução perante o Parlamento Europeu, foi condenado a vários anos de prisão, Leyla Zana luta há anos por uma solução pacífica do problema curdo na Turquia.

Da prisão, Leyla Zana afirmou: "A atribuição do Prémio Sakharov exprime o reconhecimento internacional da minha luta. Esta luta tem como objectivo a paz interna da Turquia e uma verdadeira democracia, pluralista e laica, que respeite os valores universais de liberdade e os direitos humanos. Simultaneamente, importa também reconhecer os direitos legítimos do povo curdo a uma identidade própria."

Em Outubro de 1998, Leyla Zana foi novamente condenada, em Ancara, pelo Conselho de Segurança do Estado a uma pena de prisão de dois anos, por se ter dirigido ao seu povo num artigo sobre o ano novo curdo tradicional publicado no jornal do HADEP.

Todos os apelos internacionais, incluindo inúmeras resoluções do Parlamento Europeu, solicitando a sua libertação não foram, até agora, escutados.

Wei Jingsheng

O "pai do movimento democrático chinês" foi galardoado com o prémio Sakharov em 1996.

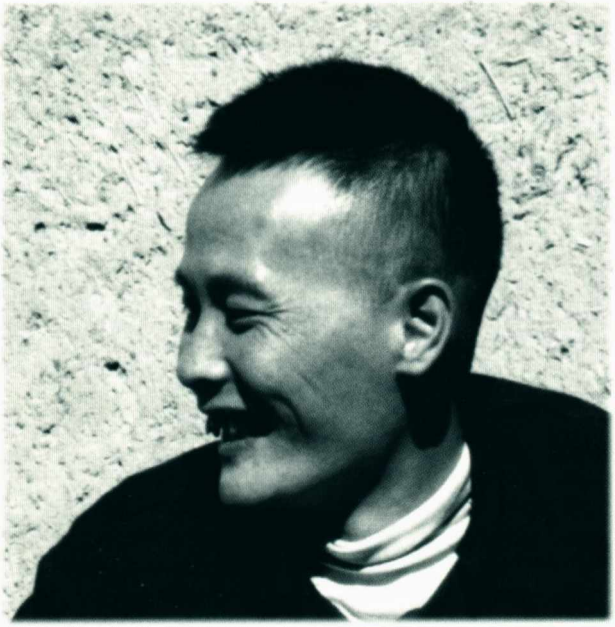
O conhecido dissidente chinês nasceu em 20 de Maio de 1950 numa família de funcionários. Aderiu à Guarda Vermelha, apaixonado pelos ideais da revolução cultural. No entanto, decepcionado com a ferocidade da luta de classes, voltou-se para o humanismo e a democracia.

Em 1978, com a tomada do poder por Deng Xiaoping, Wei Jingsheng contribuiu para a criação do "Muro da Democracia". Em jornais murais, os cidadãos exigiram a reparação das injustiças sofridas. "O que é a verdadeira democracia?" perguntava Wei num mural, suscitando com isso a atenção internacional e a ira do Governo chinês.

Em 1979, qualificou Deng Xiaoping de ditador sucessor de Mao Tse-tung, pelo que foi detido e acusado num julgamento fantoche de crimes contra-revolucionários e condenado a 15 anos de prisão e trabalhos forçados.

Após a sua libertação, em 1993, Wei Jingsheng não desistiu. Estabeleceu contactos com os meios de comunicação social ocidentais e denunciou as violações dos direitos humanos no seu país. Em 1994, foi sequestrado pelo aparelho de segurança do Estado e, em 1995, foi condenado a outros 14 anos de prisão.

O seu estado de saúde agravou-se devido às desumanas condições de detenção e aos maus tratos infligidos pelos outros detidos.



Em 16 de Novembro de 1997, Wei Jingsheng foi libertado graças à pressão internacional e expulso para os Estados Unidos, tendo voltado a empenhar-se no seu objectivo inicial: os direitos humanos e a democracia na China.

Salima Ghezali

A laureada com o Prémio Sakharov de 1997, Salima Ghezali, nasceu em 1958, perto de Argel. Nos anos 80, começou a participar activamente no movimento feminista do seu país, nomeadamente como membro fundador de "Mulheres da Europa e do Magrebe" e chefe de redacção da revista feminina por ela fundada, "Nyssa".

A defensora dos direitos das mulheres tornou-se rapidamente numa combatente convicta pelos direitos do Homem e pela democracia na Argélia. Enquanto editora do semanário francófono "La Nation", pôs em foco, com um empenho crescente, a partir de 1994, os problemas da censura. Nos seus artigos defende uma solução pacífica e democrática para a crise argelina, que, até à data, custou já a vida a dezenas de milhar de pessoas, entre as quais se contam numerosos jornalistas. Assim, ficou sobre o fogo cruzado das autoridades argelinas e dos extremistas islâmicos.

No seu artigo sobre a situação dos direitos do Homem na Argélia, publicado no "Le Monde Diplomatique", deu às autoridades o pretexto, em 1996, para procederam ao encerramento do seu jornal.

No âmbito de uma audição sobre a liberdade de imprensa, Salima Ghezali testemunhou, em 25 de Abril de 1996, perante a Subcomissão "Direitos do Homem" do Parlamento Europeu, referindose ao medo e às coacções a que estão actualmente sujeitos os jornalistas na Argélia, quando procuram encontrar meios para contornar a censura e escapar à fúria mortífera dos adversários.

Em 1996, quando o seu jornal "La Nation" foi proibido, Salima Ghezali escreveu: "Não deixar esquecer os princípios que constituem os fundamentos da sociedade humana e estar vigilante: é esta a melhor forma para fazer com que a civilização vença a barbárie."

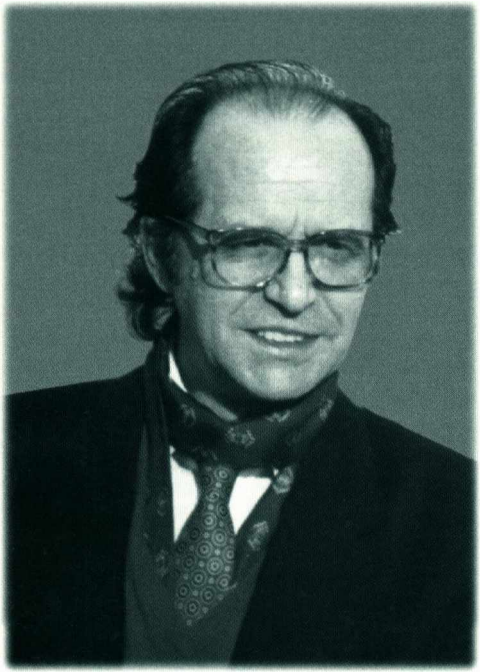
Ibrahim Rugova

Em 1998, num momento em que se assiste à escalada do conflito armado entre as unidades sérvias e o exército de libertação do Kosovo, o Parlamento Europeu emite um sinal ao atribuir o Prémio Sakharov ao líder político do Kosovo albanês. Com a atribuição do prémio a Ibrahim Rugova, o Parlamento Europeu homenageou um homem que defendeu de forma consequente o princípio da posição pacífica contra a violência.

O Dr. Ibrahim Rugova, nascido em 2 de Dezembro de 1944, em Cerrca (Istog), no Kosovo, estudou literatura na Universidade de Priština antes de, em 1989, ter sido eleito para presidente da Liga Democrática do Kosovo (LDK). Nesse mesmo ano, o regime de Belgrado aboliu o estatuto de autonomia da província do Kosovo, reprimiu os albaneses e encarcerou os oposicionistas. Em 1990, os 2 milhões de albaneses do Kosovo votaram a sua própria Constituição e, num referendo realizado em 1991, 97% pronunciaram-se a favor da independência do Kosovo. Em 22 de Março de 1998, Ibrahim Rugova foi reeleito presidente da "República do Kosovo", proclamada pelos albaneses.

De forma perseverante, o pacifista Rugova empenhou-se numa oposição pacífica ao regime sérvio. Manifestou a sua disponibilidade para dialogar com Belgrado e tentou chamar a atenção do Mundo para a causa do seu povo. Não tem desistido de instar a comunidade internacional para intensificar a sua pressão e oferecer protecção internacional ao Kosovo.

Convicto de que a auto-determinação de um povo apenas se poderá processar num clima de paz, Ibrahim Rugova assinou, na qualidade de responsável pelas negociações por parte dos albaneses do Kosovo, o acordo de paz de Rambouillet em 18 de Março de 1999. A recusa de Belgrado em assinar esse acordo teve como consequência, em 24 de



Março, os bombardeamentos da NATO na Jugoslávia, que duraram três meses. Em 28 de Março, o mais importante conselheiro de Rugova nas negociações de paz, Fehmi Agani, foi assassinado em Priština e Rugova foi obrigado a entrar na clandestinidade.

Actualmente, Ibrahim Rugova representa o seu partido no Conselho de Administração Civil, empenhado em apoiar a cooperação entre a administração de transição das Nações Unidas e o povo com todas as forças políticas do Kosovo.

Information

http://www.europarl.eu.int

EUROPEAN PARLIAMENT
Plateau du Kirchberg
L-2929 LUXEMBOURG
✆ (352) 4300-1

Wiertzstraat
B-1047 BRUSSEL
Rue Wiertz
B-1047 BRUXELLES
✆ (32-2) 284 21 11

Palais de l'Europe
Boîte Postale 1024
Allée du Printemps
F-67070 STRASBOURG CEDEX
✆ (33-3) 88 17 4001

BERLIN
Informationsbüro für Deutschland
Klaus LÖFFLER
Unter den Linden, 78
D-10117 BERLIN
Tél: 49/30.2280.1000
Email: EPBerlin@europarl.eu.int

WIEN
Informationsbüro für Österreich
Michael REINPRECHT
Kärntnerring, 5-7
A - 1010 WIEN
Tél: 43/1.516170
Email: EPWien@europarl.eu.int
http://www.europarl.at

BRUXELLES
Bureau d'information pour la Belgique
Peter THOMAS
Bâtiment Léopold
Rue Wiertz, 60
B - 1047 BRUXELLES
Tél: 32/2.2842005
Email: EPBruxelles@europarl.eu.int
http://www.europarl.eu.int/brussels

KØBENHAVN
Informationskontor
Søren SØNDERGAARD
Christian IX's Gade 2, 2
DK - 1111 KØBENHAVN K
Tél: 45/33.143377
Email: EPKobenhavn@europarl.eu.int
http://www.europarl.dk

MADRID
Oficina en España
Ignacio SAMPER
Castellana, 46
E - 28046 MADRID
Tél: 34/91.4364747
Email: EPMadrid@europarl.eu.int
http://www.europarl.es

BARCELONA
Delegación en Barcelona
Josep Maria RIBOT IGUALADA
Avenida Diagonal, 407bis
Planta 12
E - 08008 BARCELONA
Tél: 34/93.2920159 ou 93.4158177
Email: Jribot@europarl.eu.int

HELSINKI
EUROOPAN PARLAMENTIN
TIEDOTUSTOIMISTO
Renny JOKELIN
Pohjoisesplanadi 31
FIN - 00100 HELSINKI
Tél: 358/9.6220450
Email: EPHelsinki@europarl.eu.int
http://www.europarl.fi

PARIS
Bureau d'information pour la France
Bernard CHEVALLIER
288, Bd Saint Germain
F - 75341 PARIS CEDEX 07
Tél: 33/(0)1.40634000
Email: EPParis@europarl.eu.int
http://www.europarl.eu.int/paris

STRASBOURG
Antenne de Strasbourg
Jean-Jacques FRITZ
Centre de Presse - BP 1024
F - 67070 STRASBOURG CEDEX
Tél: 33/(0)3.88174001
Email: EPStrasbourg@europarl.eu.int
http://www.europarl.eu.int/marseille

MARSEILLE
Antenne de Marseille
Isabelle COUSTET
2, rue Henri Barbusse
F - 13241 MARSEILLE
Tél: 33/(0)4.91914600
Email: Isabelle.Coustet@France.dg10-bur.cec.be
http://www.europarl.eu.int/marseille

ΑΘΗΝΑ
Γραφείο Πληροφοριών για την Ελλάδα
Γεώργιος Παπαδόπουλος
Λεωφ. Αμαλίας 8
GR - 10557 ΑΘΗΝΑ
Τηλ.: 30/1.3311541-47
Email: EPAthinai@europarl.eu.int

DUBLIN
Information Office of Ireland
James O'BRIEN
European Union House
43 Molesworth Street
IRL - DUBLIN 2
Tél: 353/1.6057900)
Email: EPDublin@europarl.eu.int

ROMA
Ufficio per l'Italia
Giovanni SALIMBENI
Via IV Novembre, 149
I - 00187 ROMA
Tél: 39/06.699501
Email: EPRoma@europarl.eu.int
http://www.europarl.it

MILANO
Antenna di Milano
Maria-Grazia CAVENAGHI SMITH
Corso Magenta, 59
I - 20123 MILANO
Tél: 39/02.4818645
Email: Mcavenaghi@europarl.eu.int

LUXEMBOURG
Bureau d'information pour le Luxembourg
Monique SCHUMACHER
Bâtiment Robert Schuman
Place de l'Europe
L - 2929 LUXEMBOURG
Tél: 352/430022596
Email: EPLuxembourg@europarl.eu.int

DEN HAAG
Voorlichtingsbureau in Nederland
Eppo JANSEN
Korte Vijverberg, 6
NL - 2513 AB DEN HAAG
Tél: 31/70.3624941
Email: EPDenHaag@europarl.eu.int
http://www.europarl.eu.int/denhaag

LISBOA
Gabinete de Informação
Nuno ANTAS DE CAMPOS
Largo Jean Monnet, 1-6°
P - 1250 LISBOA
Tél: 351/21.3578031 & 3578298
Email: EPLisboa@europarl.eu.int
http://www.parleurop.pt

LONDON
Information Office of United Kingdom
Chris PIENING
2, Queen Anne's Gate
UK-LONDON SW1H 9AA
Tél: 44/171.2274300
Email: EPLondon@europarl.eu.int
http://www.cec.org.uk

EDINBURGH
Office in Scotland
Dermot SCOTT
9 Alva Street
UK-EDINBURGH EH2 4PH
Tél: 44/131.2252058
Email: Wscott@europarl.eu.int

STOCKHOLM
Informationskontor
Christian ANDERSSON
Nybrogatan 11, 3 tr.
S - 11439 STOCKHOLM
Tél: 46/8.56244455
Email: EPStockholm@europarl.eu.int
Email: info@europarl.se
(pour les citoyens)
http://www.europarl.se

DIREITOS DO HOMEM

1995
ZANA

1991
DEMAÇI

1996
WEI JINGSHENG

1992
LAS MADRES

1988
MANDELA

1997
GHEZALI

1993
OSLOBODJENJE

1988
MARCHENKO

1998
RUGOVA

1993
OSLOBODJENJE

1989
DUBČEK

1994
NASREEN

1990
AUNG SAN SUU KYI

Pt